

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$ exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Bari Securitizadora S.A. (“Companhia”), foi constituída em 28 de outubro de 2008 e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia está situada no endereço, Avenida Sete de Setembro, 4.781 sobreloja, Curitiba, Estado de Paraná, e mantém uma filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou suas atividades operacionais com a emissão da 1ª série de CRIs. Atualmente a Companhia detém 84 (oitenta e quatro) séries de CRI’s ativas no montante total de R\$ 4.306.346.

Durante o exercício de 2022, a Companhia emitiu 10 (dez) emissões e 27 (vinte e sete) séries, no montante total de R\$ 892.902.

2 Base da apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 17 de março de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Julgamento, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: (i) valor justo dos ativos financeiros; (ii) mensuração para perda ao valor recuperável dos ativos; e (iii) premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos na mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundo disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicação financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado

e. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

f. Ativos intangíveis

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)
- De acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.
-
- Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA)
- De acordo com o CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) é mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
-
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Passivos financeiros não derivativos
- São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

(ii) Desreconhecimento

- Ativos financeiros
- A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- Passivos financeiros
- A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

j. Ativos e Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas para obrigações presentes (legais e constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Uma provisão para passivos contingentes é reconhecida quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k. Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

k.1 Receita de serviços

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, sendo mensurado pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

k.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é registrada em relação ao principal em aberto e pela taxa de juros efetiva aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo.

k.3 Receita de “spread”

O “spread” da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição dos certificados de créditos imobiliários – CCI e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro imobiliário aplicando determinada taxa de desconto que somente será em parte repassada como forma de remuneração dos CRI, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no “spread” realizado. Dessa forma, não será observado “spread” quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem iguais. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

l. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável. Consideram-se ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

m. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações.

n. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

o. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

p. Novas normas e interpretações

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60 e em 29 de março de 2022 foi publicada a Resolução CVM nº 80, ambas passaram a vigorar em 2 de maio de 2022, propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações das referidas resoluções.

Em 2022, a CVM editou e divulgou novas resoluções, conforme listadas a seguir, mas que ainda não entraram em vigor para a referida data base e demonstração financeira da Companhia:

- Resolução CVM 92 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata sobre demonstração dos fluxos de caixa;
- Resolução CVM 93 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de ativo intangível;
- Resolução CVM 94 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução CVM 95 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de arrendamentos;
- Resolução CVM 102 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de demonstração intermediária;
- Resolução CVM 104 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 23 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;

- Resolução CVM 106 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Resolução CVM 105 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de evento subsequente;
- Resolução CVM 109 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 32 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de tributos sobre o lucro;
- Resolução CVM 110 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de benefícios a empregados.
- Resolução CVM 115 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de mensuração do valor justo;
- Resolução CVM 117 - Aprova a consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata sobre demonstração do valor adicionado;
- Resolução CVM 119 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 38 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- Resolução CVM 120 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 39 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- Resolução CVM 121 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3 Gestão de risco

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui coobrigação nas emissões de recebíveis realizadas, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente as prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Companhia honrar seus compromissos de curto prazo.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

d. Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidade	2	-
Aplicação financeira (i)	147	481
Total	149	481

(i) A aplicação financeira é um resgate automático do saldo em conta corrente, com liquidez imediata.

5 Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Aplicações em operações interfinanceiras	594	1.935
Certificado de recebíveis imobiliários	4.483	1.837
Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.077	3.772

(i) Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado

Os saldos classificados como aplicações, são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. O custo e ajuste ao valor justo são demonstrados na tabela a seguir:

		2022		
	Indexador	Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	594	-	594
Total		594	-	594

		2021		
	Indexador	Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	1.935	-	1.935
Total		1.935	-	1.935

(ii) Certificados Recebíveis

A Companhia possui cotas de Certificados Recebíveis Imobiliários, conforme demonstrado abaixo:

		2022		
Certificados Recebíveis Imobiliário	Indexador	Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Série 77 – taxa da operação 35,81%a.a.	IPCA	1.505	(90)	1.415
Série 104 - taxa da operação 13%a.a.	IPCA	1.548	(59)	1.489
12ª Emissão - Série 3 - taxa da operação 7,75%a.a.	IPCA	1.603	(24)	1.579
Total		4.356	(173)	4.483

		2021		
Certificados Recebíveis Imobiliário	Indexador	Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Série 77 – taxa da operação.35,81%a.a.	IPCA	1.931	(94)	1.837
Total		1.931	(94)	1.837

(iii) Apresentação dos ativos financeiros por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Ativos financeiros 2022	Ativos financeiros 2021
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
Acima de 1 ano (a)		
Certificado de Depósitos Bancários	594	1.935
Certificados Recebíveis Imobiliário	4.483	1.837
Total	5.077	3.772

- (a) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 594 (R\$ 1.935 em dezembro de 2021).

6 Serviços prestados e provisão para perda esperada

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 410, refere-se a taxas de administração sobre os CRI's (R\$ 81 em 2021). Na análise da Administração que levou em consideração o histórico de pagamentos e a capacidade de liquidação da contraparte, houve a necessidade de constituição de R\$ 13 como provisão para perdas esperadas no exercício (6 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Contas a receber	410	81
Provisão para perdas esperadas	(13)	(6)
Total	<u><u>397</u></u>	<u><u>75</u></u>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Vencidas	2022	2021
Até 30 dias	-	-
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	2
91 a 180 dias	1	4
Acima de 180 dias	13	-
Total vencidos	<u><u>14</u></u>	<u><u>6</u></u>
A vencer em até 30 dias	<u><u>396</u></u>	<u><u>75</u></u>
Total a receber	<u><u>410</u></u>	<u><u>81</u></u>

A movimentação da provisão para perda esperada está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(6)	-
Constituição de provisão	(7)	(6)
Recebimento / reversão	-	-
Saldo no final do exercício	<u><u>(13)</u></u>	<u><u>(6)</u></u>

7 Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamentos e antecipações salariais	14	4
Adiantamentos sobre a estruturação dos CRIs	97	106
Outros adiantamentos	20	-
Total de adiantamentos	<u><u>131</u></u>	<u><u>110</u></u>

8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

	2022	2021
Impostos a compensar (a)	1.314	37
Impostos a compensar - IRPJ/CSLL (b)	1.404	1.185
Total de impostos a recuperar	2.718	1.222
Circulante	1.314	37
Não Circulante	1.404	1.185

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.

(b) A Companhia entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a receita federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos

9 Imobilizado e Intangível

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	2022 líquido	2021 líquido
Móveis e equipamentos	10% e 20%	163	(113)	50	62
Computadores	20%	-	-	-	-
Comunicação	20%	-	-	-	-
Veículos	20%	70	(45)	25	39
Intangível	20%	24	(19)	5	7
Total		257	(177)	80	108

10 Bens em arrendamento

Refere-se ao contrato de aluguel da sede, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.356, na cidade de São Paulo/SP, com data de contratação em outubro de 2021, tendo um prazo de carência de 3 meses. Sendo assim, o contrato ficará vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 e prazo remanescente de 33 meses.

Saldo em 1 de janeiro de 2022	111
Adição de novos contratos / reajustes de contratos	-
(-) Amortização	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60
Saldo em 1 de janeiro de 2021	4
Adição de novos contratos / reajustes de contratos	105
(-) Amortização	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111

11 Receita diferida

Refere-se a taxas de gestão anual dos CRIs, recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, que são apropriadas ao resultado de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022 o montante a apropriar é de R\$ 615 (R\$ 511 em 2021) e o montante apropriado ao resultado, na rubrica de prestação de serviços, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.117 (R\$ 1.098 em 2021).

12 Outras obrigações diversas

	2021	2021
Circulante		
Provisão para pagamentos de fornecedores	74	50
Credores diversos (a)	85	-
Total	159	50

(a) Refere-se a recebimentos antecipados, do qual não há saldos para o exercício de 2021.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 13 de setembro de 2022 em reunião do Conselho de Administração, os conselheiros deliberaram *ad referendum* da próxima assembleia de acionistas, o aumento de capital no valor total de R\$ 1.000 e 1.000.000 (hum milhão) de ações.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado, está dividido em 3.750.000 (2.750.000 em 31 de dezembro 2021), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal:

Acionistas	Ações	%	R\$
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A	3.712.500	99,00	3.723
Evaldo Leandro Perussolo	37.500	1,00	37
Total	3.750.000	100,00	3.750

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, será aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva Especial

A reserva estatutária refere-se à reserva especial para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 10% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sendo o montando da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Valor Provisionado	Valor de imposto retido	Valor líq. a pagar	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2021	(184)	28	(156)	156	30/06/2022	AGO 29/04/2022
Dividendos propostos em 2021	(93)	-	(93)	93	30/06/2022	AGO 29/04/2022
Juros sobre capital próprio – JCP – 2022	(638)	96	(542)	-	-	Não deliberado

e. Resultado por ação

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.756	1.185
Ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	3.083	2.750
Lucro básico/diluído por ação	0,5696	0,4309

14 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviços (a)	3.437	3.167
Assessoria (b)	89	978
Administração e Contrato	222	108
Total	3.748	4.253
Provisão para liquidação de devedores duvidosos	(7)	(6)
Impostos (PIS, COFINS e ISS)	(496)	(489)
Receita líquida	3.254	3.758

- (a) Refere-se a taxa de gestão, estruturação e emissão dos CRIs. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluía receita na estruturação de cessões de operações de crédito com terceiros.
- (b) A Companhia auferiu receita com a prestação de serviços de assessoria com monitoriamento de recebíveis nas empresas ligadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 89 (R\$ 978 em 2021).

15 Despesas operacionais por natureza

	2022	2021
Salários e benefícios	(1.581)	(760)
Encargos sobre salários	(343)	(817)
Comunicação	(42)	(55)
Honorários e pró-labore	(71)	(111)
Reparos e adaptações	(58)	(11)
Despesas de processamento de dados	(173)	(129)
Serviços do sistema financeiro	(131)	(187)
Depreciação e amortização	(80)	(106)
Publicações	(15)	(37)
Comissões	(129)	(59)
Outras despesas administrativas	(208)	(217)
Serviços técnicos especializados	(846)	(1.036)
Total	(3.677)	(3.525)

Reconciliação das despesas por função

Gerais administrativas	(1.602)	(1.730)
Despesas com pessoal	(1.924)	(1.578)
Honorários da administração	(71)	(111)
Despesas com depreciação e amortização	(80)	(106)
Total	(3.677)	(3.525)

16 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2022	2021
Resultado com operações interfinanceiras	2.756	1.346
Total	2.756	1.346

17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social – Correntes

	2022	2021
Imposto de renda	(425)	(325)
Contribuição social	(165)	(132)
Total imposto de renda e contribuição social - correntes	(590)	(457)
Ativo fiscal diferido	65	(2)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	(525)	(459)

b. Composição e movimentação de imposto de renda e contribuição social – Diferidos

	Saldo inicial em Janeiro/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em Dezembro/2022
<u>Imposto de Renda</u>				
Marcação a mercado TVM	23	392	(373)	42
Provisão para perdas	1	-	(1)	-
Outras provisões	18	66	(18)	66
TOTAL - IRPJ	42	458	(392)	108
<u>Contribuição Social</u>				
Marcação a mercado TVM	9	141	(134)	16
Provisão para perdas	-	-	-	-
Outras provisões	6	24	(6)	24
TOTAL - CSLL	15	165	(140)	40
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	57	623	(532)	148
	Saldo inicial em Janeiro/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em Dezembro/2021
<u>Imposto de Renda</u>				
Marcação a mercado TVM	-	144	(121)	23
Provisão para perdas	-	1	-	1
Outras provisões	20	126	(128)	18
TOTAL - IRPJ	20	271	(249)	42
<u>Contribuição Social</u>				
Marcação a mercado TVM	-	52	(43)	9
Provisão para perdas	-	-	-	-
Outras provisões	7	45	(46)	6
TOTAL - CSLL	7	97	(89)	15
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	27	368	(338)	57

c. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.281	1.644
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(776)	(559)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Juros sobre o capital próprio	217	-
Adições temporárias	(89)	-
Adição permanente	-	(3)
Exclusão períodos anteriores	25	63
Deduções fiscais	11	16
Outros	22	26
Total Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	<u>(590)</u>	<u>(457)</u>

d. Expectativa de realização ativos fiscais diferidos

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2022 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>TOTAL</u>
Crédito Tributário de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	66	-	42	108
Valor Presente	66	-	42	108
Crédito Tributário de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	24	-	16	40
Valor Presente	24	-	16	40

18 Remuneração da Administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios da Bari Securitizadora, tais como originação, estruturação e securitização, sendo remunerado de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada. O saldo das remunerações para 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$ 71 (R\$ 111 em 2021).

19 Transações entre partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 correspondem a:

Identificação	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	Ativo	Passivo	Receita / (despesa)	Ativo	Passivo	Receita / (despesa)
Honorários	-	(100)	(581)	-	-	(70)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(93)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(542)	-	-	(250)	-
Certificado de depósito bancário	594	-	119	1.935	-	81
Prestação de serviços técnicos	72	-	911	911	-	(355)
Utilização de estrutura e recursos compartilhados	-	(14)	(273)	2	-	26
Estruturação em operações de crédito	100	-	351	-	-	883

As pessoas jurídicas relacionadas são: Banco Bari de Investimentos e Financiamento S/A, Bari Companhia Hipotecária, Bari Gestão de Recursos Ltda. e Ana Carolina Valentim Marcondes Sociedade Individual de Advocacia.

b. Subscrição de cotas (administrado pela Companhia sob a forma de patrimônio separado):

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	61	0,50%	IGP-M	16
Membros da Diretoria	61	0,50%	IGP-M	1
Demais PF	61	0,50%	IGP-M	8
Total				25
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	62	6,00%	IGP-M	4
Demais PF	62	6,00%	IGP-M	5
Total				9
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	63	0,50%	IGP-M	14
Membros da Diretoria	63	0,50%	IGP-M	3
Demais PF	63	0,50%	IGP-M	5
Total				22
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	71	9,86%	IGP-M	3
Total				3
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	76	5,25%	IPCA	7.583
Membros do Conselho de Administração	76	5,25%	IPCA	4.868
Demais PFs	76	5,25%	IPCA	1.947
Total				14.383
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Póprio	77	35,81%	IPC-A	2.425
Total				2.425
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	80	8,08%	IGP-M	1
Total				1
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	103	10,42%	IGP-M	3.400
Demais PF	103	10,42%	IGP-M	1.000
Total				4.400
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Próprio	104	13%	IPCA	1.525
PJ Ligada	104	13%	IPCA	1.525
Total				3.050
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Demais PF	12ª Emissão 1ª Série	7,75%	IPCA	500
Total				500
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Próprio	12ª Emissão 3ª Série	12%	IPCA	1.598
Total				1.598

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

20 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui ações judiciais classificadas como risco de perda provável ou possível.

21 Instrumentos financeiros

a. Análise de sensibilidade

Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:

- (i) Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial.
- (ii) Considera a aplicação de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda).
- (iii) Considera a aplicação de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda).

O cenário abaixo demonstra a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela CETIP para o mês de dezembro de 2021, considerando para efeito líquido dessa análise, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado em dezembro de 2022.

				Cenário I	Cenário II	Cenário III
				Alta nas taxas pós-fixadas		
Operação	Risco de variação em:	Exposto em 31/12/2022	Valor	1%	25%	50%
Aplicações financeiras CDB	Índice DI	594	594	83	102	123
Certificados Recebíveis Imobiliário	IPCA	4.483	4.483	262	324	389
Efeito líquido no resultado				345	426	512
				Queda nas taxas pós-fixadas		
Operação	Risco de variação em:	Exposto em 31/12/2022	Valor	1%	25%	50%
Aplicações financeiras CDB	Índice DI	594	594	(83)	(102)	(123)
Certificados Recebíveis Imobiliário	IPCA	4.483	4.483	(262)	(324)	(389)
Efeito líquido no resultado				(345)	(426)	(512)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

b. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – “*Inputs*”, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	594	594
Certificado de recebíveis imobiliários	4.483	4.483
Total	<u>5.077</u>	<u>5.077</u>
Em 31 de dezembro de 2021	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	1.935	1.935
Certificado de recebíveis imobiliários	1.837	1.837
Total	<u>3.772</u>	<u>3.772</u>

22 Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

23 Dos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, a Bari Securitizadora não contrata e nem tiveram serviços prestados pela Grant Thornton relacionados a essa empresa que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Presidente
Enio Fornea Junior - Conselheiro
Ivo Luiz Roveda - Conselheiro

DIRETORES

Evaldo Leandro Perussolo - Diretor Presidente
Ana Carolina Marcondes de Castro– Diretora de Operação de Securitização
Mateus Vargas Fogaça – Diretor de *Compliance*

RESPONSÁVEL TÉCNICA

Cristiane Aparecida Damrat - Contadora CRCPR 063966/O-2